


AUSÊNCIA E SILENCIAMENTO EM “K. RELATO DE UMA BUSCA”, DE BERNARDO KUCINSKI

Jacielle da Silva Santos ¹ 

Francisca Verônica Feitosa Andrade ² 

Resumo: Neste artigo propomos uma reflexão acerca do romance contemporâneo que tematiza a ditadura brasileira a partir da obra “K. Relato de uma busca”, de Bernardo Kucinski (2014). A obra em questão aborda o percurso de um pai durante a busca pela filha desaparecida no período acima referido. De início, já sabemos que é a ruptura com a cotidianidade instalada que o move à investigação. Assim, seu cotidiano é reinventado a partir do momento em que se propõe a procurar, inicialmente, respostas sobre o desaparecimento e, posteriormente, o corpo desaparecido. Fundamentamos nossas discussões em Jaime Ginzburg (2012), Eurídice Figueiredo (2017), Eric Hobsbawm (2016), Claude Zilberberg (2011), entre outros. A escolha narrativa de Kucinski faz ecoar a representação de um pai afetado pela ausência e pelo silenciamento, tornando-se um sujeito em estado de aniquilamento, incapaz de se restabelecer, como tantos outros que buscam seus familiares desaparecidos durante o período mais cruel da ditadura brasileira. O romance, então, frente à impunidade, assume a função de desvelamento e denúncia da violência acarretada pela ditadura e de consequente busca pela justiça social para as famílias das vítimas da repressão.

Palavras-chave: Romance contemporâneo. Ditadura brasileira. Acontecimento.

ABSENCE AND SILENCE IN “K. REPORT OF A SEARCH”, BY BERNARDO KUCINSKI

Abstract: In this article, we propose a reflection on the contemporary novel that thematizes the Brazilian dictatorship from the work “K. Report of a search”, by Bernardo Kucinski (2014). The book in question approach about route of a father during the search for his missing daughter in the aforementioned period. At first, we already know that it is the rupture with the installed daily life settle that will move you to quest. Thus, her daily life is reinvented during the route that traces by the investigation, initially, of answers about the disappearance and, later, of the disappeared body. We justify our discussions by Jaime Ginzburg (2012), Eurídice Figueiredo (2017), Eric Hobsbawm (2016), Claude Zilberberg (2011), among others. Thus, Kucinski's narrative choice, make echoes the representation of a father affected by the absence and silencing, becoming a subject in a posture of annihilation, unable to restore himself, like so many others who search their family members during the cruel period of the brazilian dictatorship. The novel, then, in the face of impunity, assumes the function of unveiling and denouncing the violence caused by the dictatorship and the consequent search for social justice for the families of the victims of repression.

Keywords: Contemporary novel. Brazilian dictatorship. Event.

AUSENCIA Y SILENCIO EN “K. REPORTE DE UNA BÚSQUEDA”, POR BERNARDO KUCINSKI

Resumen: En este artículo, proponemos una reflexión sobre la novela contemporánea que tematiza la dictadura brasileña a partir de la obra “K. Informe de una búsqueda”, de Bernardo

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura – PPGLIT na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Professora da Educação Básica, SEDUC-TO.

² Mestranda em Ensino de Língua e Literatura PPGLIT/Universidade Federal do Norte do Estado do Tocantins (UFNT), membro do Gesto - Grupo de estudo dos sentidos/UFT. Graduada em Letras - Português e Inglês pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

Kucinski (2014). La obra en cuestión aborda el camino de un padre durante la búsqueda de su hija desaparecida en el período mencionado. En un principio, ya sabemos que es la ruptura con la cotidianidad instalada lo que le llevará a la investigación. Así, su cotidianidad se reinventa desde el momento en que se propone buscar, inicialmente, respuestas sobre la desaparición y, posteriormente, sobre el cuerpo desaparecido. Basamos nuestras discusiones en Jaime Ginzburg (2012), Eurídice Figueiredo (2017), Eric Hobsbawm (2016), Claude Zilberberg (2011), entre otros. La elección narrativa de Kucinski se hace eco de la representación de un padre afectado por la ausencia y el silenciamiento, convirtiéndose en un sujeto en estado de aniquilamiento, incapaz de restituirse a sí mismo, como tantos otros que buscan a sus familiares desaparecidos durante el período más cruel de la dictadura brasileña. La novela, entonces, frente a la impunidad, asume la función de develar y denunciar la violencia provocada por la dictadura y la consecuente búsqueda de justicia social para los familiares de las víctimas de la represión.

Palabras clave: Novela contemporánea. Dictadura brasileña. Evento.

Introdução

A literatura contemporânea tem voltado seu interesse para a escrita de textos que tematizam a repressão ditatorial brasileira de forma a optar por uma estratégia narrativa em que faz ecoar a voz daqueles que não foram ouvidos pela história oficial do Estado. Conforme apresentado por Gínia Gomes (2021, p. 9), essas narrativas atuam na sociedade como uma via de resistência, uma vez que a ideia de impunidade imposta pela Lei da Anistia³ não permitiu um ajuste de contas para aqueles que sofreram as agruras dos anos de chumbo.

Entre as narrativas contemporâneas que tematizam a ditadura brasileira, escolhemos, para discussão neste artigo, o romance “*K. Relato de uma busca*” (2014), de Bernardo Kucinski — jornalista, escritor e cientista político —, pois este faz ecoar a história de um pai (K.), no período ditatorial brasileiro, em busca de sua filha desaparecida. A obra, com narrador onisciente em terceira pessoa — intercalado por outras vozes em primeira —, apresenta, de maneira dolorosa, os sentimentos e as sensações oscilantes de um genitor durante a busca de informações que o levem a encontrar um membro da família, vítima de atrocidades por parte da polícia política nacional.

Nesse íterim, como discutido por Jaime Ginzburg (2012, p. 212), “obras literárias podem corresponder a intervenções de resistência, na medida em que constituem interpretações da História a partir de lugares de enunciação diferentes.” Portanto, a escolha narrativa de Kucinski, ao mesmo tempo em que sugere a impressão de afastamento do enunciadador, revela uma aproximação ao descrever minuciosamente

³ Segundo Flávia Piovesan (2010, p. 99-100), no Brasil, a Lei de Anistia (6.683/79) e a Lei 9.140/95 reconheceram como mortos os desaparecidos políticos e indenizaram seus familiares, no entanto, foi uma via de mão dupla já que o caso brasileiro foi o único da América Latina a absolver torturadores, concebendo a eles a prescrição dos crimes e o perdão.

todas as sensações e sentimentos de uma personagem, em estado de arrebatamento, tendo que lidar com a dor da injustiça social que acarreta perdas familiares.

A opção pela onisciência de quem, de fora, acompanha esse pai, provoca um efeito de subjetividade do enunciador, Bernardo Kucinski, uma vez que o leitor relaciona a angústia da procura, presente no romance, com o desaparecimento, no contexto histórico, de Ana Kucinski, irmã de Bernardo, professora de Química da Universidade de São Paulo (USP), desaparecida política em 1974. Como se nota, existe um enunciador que precisa expressar algo que não foi possível dizer e, por isso, opta por revelar aos leitores a angústia de uma família, por meio da voz de um pai aflito que vive sob a (in)certeza de óbito de um ente familiar. Sem um corpo para fazer a cerimônia fúnebre, além da sensação dilacerante do apagamento de uma identidade, não há como se comprovar os fatos - desaparecimento e morte na ditadura -, e buscar justiça contra os algozes.

Como vemos, a intenção da narração pela via ficcional, em obras que tematizam a ditadura brasileira — conforme discutido por Maria Zilda Cury (2020), Gínia Gomes (2021) —, está atrelada ao desejo de não permitir que casos como o da personagem do romance caiam no esquecimento, devido à reverberação negacionista intensificada a partir da Lei da Anistia no Brasil.

Esta, ao contrário do que ocorreu em outros países da América Latina, colocou militares e vítimas no mesmo patamar de perdão, abrindo espaço para que se apontasse formas de justificar o abuso de poder e as atrocidades da tortura no período ditatorial. A personagem K., na narrativa, segue em alto grau de angústia em busca de repostas e de justiça social, levando seu interlocutor a refletir sobre uma dor que, mais que individual, é coletiva, não havendo, até os dias atuais, reparação judicial.

É sobre esse percurso de busca, vivenciado pelo pai, que nos detemos neste trabalho, com o olhar para as transformações no cotidiano de K. diante dos mecanismos de repressão da ditadura civil-militar apresentados no romance. Para isso, lançamos mão das discussões acerca do contexto sócio-histórico político da época em que se passa a narração para suscitar a reflexão sobre a experiência vivenciada por K., fazendo um paralelo entre a ficção e a história do Brasil à época.

Também, apoiamo-nos no conceito de “acontecimento”, em Claude Zilberberg (2011, p. 169), que o concebe como “algo afetante e perturbador”, para descrever como a angústia de não saber o paradeiro da filha afeta o sujeito de tal forma que o leva a definir e, à medida que o tempo de espera por repostas se alonga, vai sendo

aniquilado, de várias formas, pelo sistema repressor do estado. Dessa forma, busca-se compreender como a experiência familiar de Kucinski contribui para uma representação que faz ecoar a voz coletiva daqueles que vivenciaram os anos de chumbo.

Literatura e ditadura brasileira no romance de Kucinski: breves apontamentos

O século XX foi caracterizado por sucessivos conflitos e guerras que o marcaram de forma bárbara, acarretando grandes catástrofes, tragédias e genocídios, como por exemplo, perseguições étnicas e raciais: campos de concentrações nazistas; o uso da bomba atômica em Hiroshima; as ditaduras militares; centenas de milhares de mortes e atrocidades contra a vida e dignidade humana. Conforme Hobsbawn (2008), nunca na história o homem havia sido capaz de produzir tamanho sofrimento. As vítimas sobreviventes desse período histórico buscaram compreender, sem grande êxito, o que levava o homem a limites tão extremos de sadismo, dor e de perdas, em suas mais variadas dimensões. Muitas vezes, não conseguiram respostas plausíveis para essa capacidade de sobreviverem e continuarem com suas vidas, após o enfrentamento de tantos suplícios coletivos.

Em relação, especificamente, às ditaduras de modo geral, convém destacar o sistema totalitário como o precursor das tiranias provocadas pelo Estado. Esse totalitarismo desenvolveu-se como um sistema político que teve seu apogeu durante as décadas de 1920 e 1930, surgindo logo após a primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e tendo como reflexo, segundo historiadores, toda a destruição causada por esse conflito. Trata-se de uma nova construção política, sem precedentes, que se desassemelha de outros tipos de tiranias advindas desse universo político. De acordo com Hanna Arendt (1990), somente duas marcas que denotam as tiranias no percurso do tempo foram registradas:

[...] de um lado, o poder arbitrário, sem freio das leis, exercido no interesse do governante, e contra os interesses dos governados; e de outro, o medo como princípio de ação, ou seja, que o povo tem pelo governante e o medo do governante pelo povo. (ARENDR, 1990, p. 513)

Como podemos observar, o temor difundido por meio dos sequestros e torturas, causados àqueles contrários ao regime ditatorial, os considerados subversivos, bem como o terror instalado pelos campos de concentração, consolidam-se como a força motriz para o totalitarismo conseguir não só controlar, mas também condicionar o

sujeito à não obediência de “nenhum outro princípio organizador a não ser o Estado, encarnado na pessoa do chefe”, como observou Paul Ricoeur (1985, p. 151).

Ainda, como constatou Arendt (1990, p. 506), transformá-los em “horriéis marionetes com rostos de homens todos com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todos reagindo com perfeita previsibilidade, mesmo quando marchavam para a morte”. Segundo o recorte que faz Arendt, nesse sistema, o homem está predestinado à morte e passa por transformações em etapas diferentes: primeiro, mata-se a pessoa jurídica, a seguir, mata-se a pessoa moral e, por fim, mata-se a individualidade. Logo, é um regime que usa, progressivamente, de várias estratégias para o aniquilamento do sujeito, já que não basta matar o corpo, é preciso também suprimir a alma.

De acordo com José Vicente (2012, p. 35), levado por um frenesi de violência, o sistema totalitário necessitou posicionar-se sempre à frente, multiplicar massacres e extermínios, exacerbar o terror num movimento de aceleração que parecia só poder desaguar no apocalipse ou no caos. Corroborando com o autor, podemos perceber que há uma intencionalidade na organização da violência totalitária, que não se restringe somente ao século XX, mas que desabou implacavelmente — parece que para a eternidade —, no enredo de violência contra os que pensam diferente ou que não comungam dos mesmos ideais.

No Brasil, por exemplo, a efervescência desse sistema toma força após o golpe de 1964, instalando um dos mais cruéis períodos ditatoriais da América Latina. Tal período, que perdurou até 1985, englobou sequestros e assassinatos nos grandes centros, contra aqueles que buscavam o restabelecimento da democracia, também sendo marcado pelo extermínio de indígenas, de jovens guerrilheiros e da população local em um evento historicamente conhecido como Guerrilha do Araguaia (1972-1975)⁴, no interior da região Norte.

Nessa conjuntura, a obra de Kucinski traz como tema a captura e extermínio de uma professora universitária, a filha mais nova de K., sequestrada e assassinada pelo Estado, e a busca por resposta de um pai angustiado, privado de expor o sofrimento vivenciado. Dessa forma, no enredo, é o pai quem primeiro sente a perda da filha e

⁴ O evento denominado Guerrilha do Araguaia (1972-1975) ocorreu durante o período mais cruel da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tomando como modelo a Revolução Maoísta, planejavam principiar, a partir da mobilização de trabalhadores rurais, uma frente de combate ao governo ditatorial. A partir de 1967, lideranças políticas do partido que se encontravam na clandestinidade mudaram-se para a região do sudoeste paraense, misturando-se aos camponeses locais. Descoberta a operação, passaram a enfrentar a ação de militares organizados em diferentes frentes, até que o grupo foi dizimado (SILVA *et al*, 2021, p. 464).

procura, de maneira incansável, por respostas que justifiquem sua ausência repentina e inusitada. Nesse percurso, a figura do pai é persuadida, de várias formas, a desistir e aceitar o desaparecimento como um ato de romance proibido (fugiu com um amante), ou mesmo como um desejo de se afastar da família.

No entanto, não aceita tais disparates e segue à procura de respostas. É nítido que todos os envolvidos no desaparecimento da filha de K. busquem, de alguma forma, manchar a reputação dela, que era professora de química da Universidade de São Paulo (USP) e fazia parte da Ação Libertadora Nacional (ALN), juntamente com seu esposo Wilson. O desejo dos agentes do Estado não consiste somente em fazer desaparecer o corpo, mas também a memória de uma filha e cidadã brasileira que possuía ideias contrárias às do período ditatorial instalado.⁵

No Estado totalitário, dentre outros atributos, a mentira é recurso legítimo de guerra, para confundir e distrair o “inimigo”. Essa ‘estratégia’ usada para desencorajar ou dissuadir os familiares que buscam por respostas ao desaparecimento das vítimas do regime ditatorial aparece no enredo do romance em vários momentos, como podemos observar, a título de exemplo, no seguinte trecho:

Meio-dia começa a transmissão. Nomes são ditos aos poucos em ordem alfabética. Em K., a esperança se esvai. O nome da filha, que por essa ordem deveria estar entre os primeiros, não chega. Outros que acompanham há tempos o comunicado são tomados pela perplexidade este estar foragido, este outro nunca foi preso, este também está foragido. Fulano já foi liberado depois de cumprir pena. De repente é pronunciado o nome de um respeitado professor de economia que nunca desapareceu, que continua morando onde sempre morou, e circulando onde sempre circulou, embora tenha sido expulso da universidade, seguido da afirmação maldosa de que está desaparecido. E depois mais outro, objeto do mesmo escárnio. Em vez de vinte e duas explicações, vinte e sete mentiras, eis que, ao final, aparece uma referência à filha de K; Dela, diz o comunicado, assim como do marido e de dois outros, não há nenhum registro nos órgãos do governo. (KUCINSKI, 2014, p. 64)

O comunicado de que o presidente anunciaria, ao meio-dia, a notícia dos desaparecidos causa, no entrecho, grande expectativa por parte dos familiares das vítimas que aguardavam, com esperança e comoção, notícias a respeito de seus

⁵ O Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi baixado pelo então presidente Artur da Costa e Silva, durante o regime militar brasileiro. Tal decreto previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime. Na prática, o processo a que se submetia o acusado era sumário. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursar qualquer universidade por três anos. A norma vigorou até 1979, quando foi revogada pela lei da anistia. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/decreto-lei-n-477>>. Acesso em 27 de ago. 2022.

paradeiros. Conforme vemos no excerto apresentado, ao invés do nome dos desaparecidos, são citados nomes de ex-funcionários públicos, ou mesmo daqueles que nunca estiveram presos, nem mesmo desaparecidos.

Percebe-se, então, que a notícia é planejada, pelos órgãos do governo, com a finalidade de atingir psicologicamente aquele grupo, numa franca tentativa de enfraquecer, desestabilizar ou mesmo aniquilar emocionalmente os familiares das vítimas, assim como outros que contribuía com as investigações e denúncias sobre a perversidade do estado antidemocrático.

Outra reflexão apontada no romance, que mostra a astúcia do regime totalitário, destaca-se quando K. percebe que os nomes das ruas e viadutos da cidade são dos agentes de poder. Tais ponderações da personagem levam o leitor a compreender como a ideologia ditatorial transforma algozes em heróis, tornando-os aceitáveis e respeitados pela comunidade, com seus nomes em ruas importantes, viadutos e escolas. É o caso de comandantes do período ditatorial, diretamente ligados à tortura, à execução e ao desaparecimento de funcionários públicos, estudantes e familiares de pessoas contrárias às ideias desse regime.

Essa é uma das muitas estratégias de guerra do período, que impregna no imaginário popular a importância e necessidade dos algozes como defensores da pátria, consolida o discurso da ameaça à família por forças contrárias à paz, do combate aos subversivos, numa espécie de justificativa para a máxima maquiavélica segundo a qual “os fins justificam os meios”. Há uma parte da obra em que K. visita a cúria metropolitana e se encontra com outros familiares de presos políticos desaparecidos.

Para fins de exatidão, ressaltamos que a narração registra vinte e dois casos de desaparecimento com uma mesma característica: não há vestígios. Nesse momento, o narrador cita, entre outros, o extermínio no Araguaia, apontando a faceta da não divulgação do que aconteceu no interior do Brasil. Nesse sentido, há várias reflexões sobre essa angústia do não saber e do não poder fazer algo, como podemos verificar no trecho abaixo:

K. tudo ouvia espantado. Até os nazistas que reduziam suas vítimas às cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro... Enfileiravam todos os judeus de uma aldeia ao lado de uma vala, fuzilavam, jogavam cal em cima, depois terra e pronto. Mas os *goim* de cada lugar sabiam que os seus judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. Não havia agonia da incerteza; era execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas. (KUCINSKI, 2014. p. 25)

A partir dessa afirmação, K. nos leva a refletir que até o mais cruel dos massacres humanitários ainda observou o mínimo da dignidade da pessoa, ao enterrar e registrar o local onde cada indivíduo estava, diferente do que ocorreu na ditadura militar brasileira, uma vez que os corpos simplesmente desapareciam. Assim, realidade e ficção se misturam, o Estado nega a prisão e o desaparecimento dos familiares, sumindo com os corpos sem deixar sinais, instaurando a política do silenciamento e da invisibilização.

Nesse viés, a obra vai justamente testemunhar essa ausência: o desaparecimento de uma professora no período mais intenso da ditadura militar no Brasil. E isso faz ecoar uma voz coletiva, que sai da margem para o centro e que confronta uma voz hegemônica tornada oficial, o que dá à ficção um caráter de ferramenta contundente de denúncia a respeito de tantos outros brasileiros que também foram desaparecidos durante essa época.

Segundo Jaime Ginzburg (2012, p. 205), “no contexto de difusão de teorias pós-coloniais, parte da produção literária rompe com formas etnocêntricas e estabelece a ética como horizonte de interação entre o sujeito e o outro”. Sob essa ótica, o romance contemporâneo traz à tona uma outra perspectiva de narração, em que pessoas comuns tomam o centro da narrativa, com vistas a uma proposta em que não exista uma verdade absoluta, mas muito a ser revelado a respeito do evento histórico, levando com conta diferentes pontos de vista, perspectivas diversas. Dessa forma, há a possibilidade de os leitores terem acesso ao outro lado da história, antes negada, por meio de reminiscências da memória coletiva sobre o evento traumático pelo qual várias famílias passaram.

A literatura, então, assume um dever moral de rememorar, por diferentes perspectivas, o que foi silenciado, sendo o narrar uma possibilidade de manifestação da memória, um restabelecimento do sujeito. Nesse sentido, o fazer literário, enquanto arquivo, segundo Eurídice Figueiredo (2017), encarrega-se de fazer ecoar vozes violentamente censuradas e invisibilizadas no período relativo à ditadura militar civil brasileira (1964-1985).

O acesso a esses textos possibilita uma reflexão maior sobre nosso passado, de forma a buscarmos, no tempo presente, estratégias de resistência para que não se permita um retorno a tempos sombrios como aqueles, com pessoas torturadas e mortas pelos agentes do poder, pela institucionalização da violência pelo Estado. E a literatura consolida-se sempre mais, na contemporaneidade, como espaço relevante de problematização e resistência, como vemos à continuação.

A angústia no cotidiano de “K.”

O romance contemporâneo, quando associado ao período ditatorial brasileiro, visa enfatizar sempre os sentimentos de perda, seja ela de um ente querido, de uma vida livre e cheia de sonhos ou de ambas as coisas, de forma que a morte ou o exílio estejam relacionados constantemente à dor e ao trágico. No caso da obra “*K. Relato de uma busca*” (2014), de Bernardo Kucinski, temos, na perda súbita do contato do pai com a filha, a potencialização da aflição provocada pela espera por respostas, despertando na personagem enunciadora, e em seus leitores como reverberação, várias incógnitas: onde está minha filha? Está presa? Exilada? Morta? Como? Quem a matou?

Inicialmente, o pai — poeta e escritor — mostra, em sua rotina, além de seu trabalho, a dedicação ao grupo de iídiche. Aos finais de semana, mantinha contato com sua filha, até que ela não mais apareceu. “A tragédia já avançara inexorável quando, naquela manhã de domingo, K. sentiu pela primeira vez a angústia que logo o tomaria por completo.” (KUCINSKI, 2014, p. 13). Essa aflição pulsante afeta o sujeito de tal forma que o faz, por vezes, perder os sentidos. Assim, lançamos, aqui, mão dos conceitos da semiótica tensiva⁶ para refletir como as agruras do Estado de exceção também massacraram os familiares das vítimas ao negar o sequestro, prisão e morte de suas vítimas.

Vale destacar, segundo Zilberberg (2011), que o acontecimento⁷, da ordem do sobrevir, é uma ruptura abrupta e marcante na trajetória de um indivíduo ou de um coletivo e, a partir disso, irrompe-se uma nova narrativa para as personagens, uma vez que ele possui o poder de transformar o estado dos sujeitos, devido à intensidade vivenciada e sentida por eles. Assim, podemos inferir, pelo excerto acima extraído do romance aqui discutido, como o impacto do desaparecimento repentino da filha transforma a vida de K. ao mudar sua percepção do mundo, fazendo-o perder a sensação de inteireza.

Além da angústia das incertezas sobre o desaparecimento, a narração dessa busca está atrelada a um sentimento de culpa do pai (personagem do enredo), uma vez

⁶ Claude Zilberberg (2011, p. 14) amplia as discussões greimazianas sobre o sentido, apresentando um ponto de vista que considera a estrutura, a direção e o valor de nossas vivências.

⁷ “[...] O acontecimento não pode ser apreendido senão como algo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo. Mas nada nem ninguém conseguiria impedir que o tempo logo retome seu curso e que o acontecimento entre pouco a pouco nas vias da potencialização, isto é, primeiramente, na memória, depois com o tempo, na história, de maneira que, *grosso modo*, tal acontecimento ganhe em legibilidade, em inteligibilidade, o que perde paulatinamente em agudeza.” (ZILBERBERG, 2011, p. 169).

que, desesperado por não perceber, alertar e ajudar a filha, sente-se impotente diante do acontecimento que se prenuncia trágico, haja vista que não consegue respostas sobre seu desaparecimento. A rotina de contato entre pai e filha é, assim, rompida, cedendo lugar ao inesperado.

Durante todo o trajeto de busca, o leitor percebe o quanto a culpa, a angústia e o cansaço caminham lado a lado com esse pai que procura, inicialmente, sua filha, depois, um corpo e, por fim, justiça. Apesar dos sentimentos elencados, K. não desiste, ao contrário, apoia-se em fios de esperança para manter-se em pé e enfrentar seus adversários que, a todo momento, tentam lhe derrubar, levá-lo à loucura ou à desesperança. A culpa faz parte de seu cotidiano e está presente em toda a investigação, já que o sujeito pai foi separado inesperadamente de sua filha. Essa mesma culpa reflete a capacidade ideológica de um Estado de exceção que leva a vítima a se sentir algoz, já que, no caso específico do enredo analisado, os familiares não podem impedir tal atrocidade; como também, diante da situação já estabelecida, não têm o poder de socorrer ou mesmo proteger aqueles que amam.

A culpa, portanto, cede lugar a uma forma de resistência quando se narra a experiência traumática, sendo a literatura — como apontado por Maria Zilda Cury (2020, p. 68) — esse lugar de resistência, quando se leva em conta o pacto de silenciamento instituído pelo Estado repressor. Assim, Bernardo Kucinski, por meio da voz do narrador, leva-nos a refletir sobre como a perversidade do Estado extrapola os acontecimentos, e como nosso país sofre de um Alzheimer institucional. A esse respeito, parafraseando Eurídice Figueiredo (2017, p. 48), por mais que alguns críticos apontem que é impossível narrar o que realmente aconteceu, cabe à literatura não só recriar o ambiente de terror vivido pelas personagens afetadas diretamente pela arbitrariedade do Estado, mas nos aproximar de algo que pensaram, sentiram ou sofreram essas personagens, como podemos verificar no enredo. Vejamos:

Pronto, estava instalada a tragédia. O que fazer? Os dois filhos, longe, no exterior. A segunda esposa, uma inútil. As amigas da universidade em pânico. O velho sentiu-se esmagado. O corpo fraco, vazio, como se fosse desabar. A mente em estupor. De repente tudo perdia sentido. Um fato único impunha-se, cancelando o que dele não fosse parte; fazendo tudo o mais obsoleto. O fato concreto de sua filha sumida há onze dias, talvez mais, sentiu-se muito só. (KUCINSKI, 2014, p. 16 - grifos nossos).

Como relatado acima, ao receber a notícia de desaparecimento, o pai tem sua rotina interrompida e perde a sensação de completude. Entra, assim, em um estado de

pequenez, de aniquilação, de fraqueza em que não consegue mais estabelecer sentido, como se fosse “um ser antiquado num mundo moderno”, nas palavras do narrador. Dessa forma, narra os dias em que se vê sem notícias da filha, como se estivesse se preparando lentamente para o que já se anunciara. Sabe que, há onze dias, ela não vai ao trabalho. Em seguida, alerta ao leitor para o fato de que já se somam vinte dias de seu desaparecimento. Somente no vigésimo decide agir e vai à USP e à casa da Padre Eutíquio, endereço que a filha lhe dera em caso de emergência. No vigésimo quinto dia, vai ao IML. E no trigésimo, à reunião na Cúria metropolitana.

Vemos que a marcação da passagem do tempo na narrativa — “K. passou a contabilizar a duração da ausência da filha...” (KUCINSKI, 2014, p. 19) — ajuda a demarcar a intensidade do acontecimento e do impacto causado. Apresenta-se, então, um sujeito aturdido. Ele espera, em estado de angústia, os dias passarem e, quando decide ir em busca de respostas, pela primeira vez, percebemos a intensidade da apreensão instalada e o prolongamento do silêncio institucional, ou seja, do não saber.

Em situação de aniquilamento, ainda impactado pelo acontecimento (ZILBERBERG, 2011), permanece atônito por algum tempo e vai quantificando a ausência da filha “[...] desaparecida há onze dias; [...] vinte dias de seu desaparecimento; [...] no vigésimo quinto dia vai ao IML; [...] semanas viram meses”. Essa condição de ruína aturde o sujeito que vive em sofrimento, faz com que ele se sinta culpado, sozinho e em profunda angústia.

Percebe-se, pelo desenrolar da trama, as grandes dimensões da aflição do pai diante da situação, e como, a cada dia sem notícias, a angústia cresce, chegando ao ponto de transformar K. em um sujeito que apenas espera respostas, cujo estado de alma caminha para o aniquilamento. Sendo assim, aquele que anseia por respostas, começa a sentir os efeitos da falta que o acompanhará ao longo da narrativa. Ansiedade e abafamento, provocados por esse sentimento, refletem a incompletude do sujeito, privado do contato com o ente querido. Em outras palavras, agora, K. é um pai sem filha. Tal conjuntura é intensificada pelo tormento de saber sobre o desaparecimento de jovens no período ditatorial em que vivem, uma vez que conhece a perversidade do Estado. Apesar de sua consciência política, ainda não se sente preparado para o que está por vir:

Sem saber o que temer, mas já temendo, e sem acordar a mulher, tirou o Austin da garagem e dirigiu rumo ao campus da universidade... Conduzia devagar, demorando-se ao atravessar o centro, como se não quisesse chegar nunca; os

sentimentos alternando-se entre a certeza de encontrá-la trabalhando normalmente, e o medo do seu contrário (KUCINSKI, 2014, p. 15).

Como se nota no excerto acima, agora, ele vai devagar, como quem não quer chegar, na tentativa de diluir a intensidade do que sente e se restabelecer enquanto sujeito para enfrentar o que o espera. A apreensão é instalada e sua potencialização provoca esse efeito estarrecedor incitado pela falta da filha: “quando as semanas viram meses, é tomado pelo cansaço e arrefece, mas não desiste. O pai que procura a filha desaparecida nunca desiste. Esperança já não tem, mas não desiste.” (KUCINSKI, 2014, p. 90). O cansaço e o arrefecimento provocados pela espera ansiosa de alguma notícia reforçam o drama dessa personagem que, assim como tantos outros familiares das vítimas de regimes de exceção, sucumbem à medida que o tempo passa e os silêncios prevalecem.

Com o avançar dos dias sem notícias concretas, o pai que busca vai perdendo, de alguma forma, seu estatuto de sujeito no mundo, manifestando-se, em contraponto, a potencialização de seu definhamento, o que o torna aquele que não tem voz, não tem força, não tem como agir e voltar a ser o que era antes. Inclusive, K. até tenta escrever sobre sua filha, mas, nem mesmo no iídiche, a língua com a qual era mais familiarizado que o português e, pela qual, escrevia seus poemas, é capaz de traduzir inteligivelmente tudo o que sente.

É o sujeito ainda impactado pelo acontecimento, por isso, não consegue narrar seu sofrimento. Para narrar, é preciso se afastar, restabelecer-se, por isso a opção do autor por um narrador onisciente. Pela intromissão de outra voz, segundo Maria Zilda Cury (2020), é possível dizer sobre algo tão doloroso, sendo assim, é o irmão da vítima que toma a palavra após anos de silenciamentos. Por meio desse narrador, Kucinski apresenta uma narração muito próxima da experiência de K., já que vivenciou — juntamente com toda a família — a apreensão do seu pai em busca de sua irmã, Ana Kucinski.

Ainda em estado de choque, K. continua a contabilizar o tempo sem sua filha. Ele, que já não dormia sem remédios e não tinha paz interior, recebeu a lastimável notícia, através do jornal *O Estado de S. Paulo*, de que o arcebispo estava convocando uma reunião com familiares de desaparecidos políticos. Ciente de que o Estado ditatorial usa de mecanismos de repressão, como, por exemplo, o excesso de informações falsas, no intuito de levar o sujeito a ser aniquilado de vez e desistir — “Temos que desmontar esses familiares pela psicologia.” (KUCINSKI, 2014, p. 73) —,

sente a necessidade de se unir a esse grupo, liderado por um arcebispo da Igreja Católica, a fim de, unidos, encontrarem respostas para os desaparecimentos.

Ao contrário do esperado pelas forças repressoras, K. segue em busca de respostas. Nesse processo, ressignifica seu cotidiano, logo, é a primeira vez que se sente uma outra pessoa, sendo evidenciadas, na narração, as mudanças da personagem, durante sua busca incansável de encontrar sua filha ou de respostas para seu desaparecimento. Agora é um pai que procura a filha e seu dia a dia é de busca, culpa, cansaço, regados por fios de esperança, nos quais se agarra para não sucumbir. Entregar-se ao cansaço nada mais é que abandonar a filha mais uma vez, a sua única filha, aquela a quem tanto protegeu, e de quem não conseguiu perceber o engajamento político.

Como afirmado por Zilberberg (2011), para a sobrevivência do ser no mundo é preciso um equilíbrio. Dessa forma, quando está próximo de seu aniquilamento total, K. volta a um estágio de força, ainda fraca, mas capaz de fazê-lo renovar a esperança e continuar a busca, permanecer vivo. Podemos observar tal afirmação nos vários trechos em que a figura do pai tem um lampejo de esperança, que o convoca a se reerguer, restabelecendo o sujeito, mesmo que por instantes. Temos, como exemplos desses momentos, as passagens em que a personagem recebe a ajuda internacional para obter repostas sobre sua espera ansiosa pela lista de presos políticos, cujo título do capítulo é “No dia em que a terra parou”. Tais escolhas lexicais reforçam a ideia de aumento da angústia, em que a narrativa vai buscar reconstituir o sujeito pai e escritor, obviamente, sem êxito algum, já que o impacto do acontecimento não permite isso.

Ao final do percurso do pai, temos o aniquilamento total do sujeito que, não encontrando a filha, descobre, no capítulo em que visita presos políticos, após mais de trinta anos de sucessivos silêncios e notícias falsas sobre seu paradeiro, a certeza de que Ana fora sequestrada e morta pela repressão. O narrador enfatiza, no momento da revelação, o misto de sentimentos que K. carregou consigo ao longo desses anos. Como podemos observar pelo enredo, há uma mistura de ansiedade, de cansaço no caminhar, de desespero no olhar, de desesperança, mais cansaço e, por fim, com o impacto da notícia que recebe sobre sua filha, K. sucumbe, morre ali mesmo. A morte do pai que nunca desistiu de sua procura pela filha desaparecida aponta para um passado não resolvido, que insiste em se fazer presente, atormentando àqueles que sofrem pelas ausências inexplicáveis, pelos corpos insepultos.

Considerações finais

Bernardo Kucinski, ao construir o romance sobre a busca de K., inspira-se em um drama pessoal para nos fazer refletir sobre o mal de Alzheimer no qual se encontra o Brasil. Sabemos que a irmã do autor, Ana Kucinski, professora da USP na década de 1960, foi sequestrada e morta pelos repressores. Fora considerada terrorista, já que suas ideias e ideais eram contrários ao do regime ditatorial em vigência na época. Assim como o pai da narrativa, a família de Kucinski lutou anos para obter informações a respeito de Ana e, por vezes, recebia dados falsos que atrapalhavam as buscas, já que o sistema repressor possui uma rede de informantes quase imperceptível.

O que nos salta aos olhos é que, durante todo o enredo, notamos a aflição do pai, que se culpa por não ter percebido o apelo de sua única filha, nos momentos que antecederam seu desaparecimento. Reconhecer o quanto ignorou a ausência e o amor pela filha tornou-o mais angustiado e, diante daquela situação que, para ele, parecia sem saída, é levado ao desespero, um sujeito sem esperança de encontrar a filha, viva ou não.

Dessa forma, a intensidade com que os fatos são narrados revela a aniquilação do sujeito que busca respostas por seus familiares em uma procura sem fim. Narrar acontecimentos como este, de forma tão sensível, mesmo que sob o viés ficcional, é assumir um dever moral de revelar, de fazer saber uma memória singular, mas também coletiva, contribuindo para ressignificar a história recente não contada de nosso país.

Portanto, compreender a ditadura, a lógica do Estado opressor e autoritário, é determinante para a formação de um sujeito capaz de ressignificar sua história no mundo. Cabe aqui a reflexão acerca sobre que tipo de cidadão está sendo formado com nosso investimento. Isso, sobretudo, nesse momento em que os indivíduos têm vivido em estado de opressão absoluta e têm sido privados de seus direitos essenciais e fundamentais para a vida. Sob essa perspectiva, a nova forma de escrita sobre o passado sombrio de nossa história, pelas vias do romance contemporâneo que tematiza a ditadura civil-militar brasileira, é responsável por contribuir para que esses fatos possam ser acessados por diferentes pontos de vista, fazendo ecoar as vozes anterior e propositalmente silenciadas.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. Memória e resistência: figurações da ditadura na literatura brasileira contemporânea. In: OLIVEIRA, Rejane Pivetta de; THOMAZ, Paulo C. (orgs.). *Literatura e ditadura*. Porto Alegre, RS: ZOUK, 2020. p. 59-72.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. – 1.^a ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira. *Tintas*. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane, 2 (2012), pp. 199-221. Disponível em: <http://riviste.unimi.it/index.php/tintas>. Acesso em 15 de mai. 2020.
- GOMES, Gínia Maria. A ficção brasileira contemporânea: rastros de um passado de agruras. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Vozes da resistência: ecos ditatoriais na literatura brasileira do século XXI*. Porto Alegre: Polifonia, 2021.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- KUCINSKI, Bernardo. *Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- PAVLOV, Ivan. *Reflexos Condicionados, Inibição e Outros Textos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- PIOVESAN, Flávia. Direito internacional dos direitos humanos e leis de anistia: o caso brasileiro. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 91-108.
- RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1985.
- SILVA, Luiza Helena Oliveira da; FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo; SANTOS, Jacielle da Silva. História e ficção no romance Em despropósito (Mixórdia), do escritor paraense Abílio Pacheco. *Fermentum*, v. 31, n. 91, mayo-agosto 2021. ISSN 07983069. Editada por el Centro de Investigaciones HUMANIC, Universidad de Los Andes, Mérida-Venezuela. Disponível em: www.saber.ula.ve/fermentum. Acesso em: 05 de fev. 2022.
- VICENTE, José João Neves Barbosa. *Totalitarismo, Educação e Justiça: Uma abordagem filosófica - Cruz das Almas*, BA: Editora UFRB, 2012.
- ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas – São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

Artigo recebido em 10 de junho de 2022. Artigo aprovado em 31 de agosto de 2022.